

CAEPA - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE
PARAIBUNA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

CAEPA - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
CAEPA - Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A.
Paraibuna - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da CAEPA - Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAEPA - Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 19 de fevereiro de 2019.

CAEPA - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA S/A

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.224	206	Fornecedores	8	866	68
Contas a receber	5	246	248	Empréstimos e financiamentos	7	79	-
Adiantamento fornecedor		1.270	-	Obrigações sociais		169	164
Outros créditos		37	19	Obrigações fiscais		37	27
		<u>6.777</u>	<u>473</u>	Contas a pagar - partes relacionadas		24	2
				Outras contas a pagar		10	7
						<u>1.185</u>	<u>268</u>
Não circulante				Não circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	13	7	28	Empréstimos e financiamentos	7	7.000	-
Ativo imobilizado		30	19			<u>7.000</u>	<u>-</u>
Intangível	6	2.579	1.165				
		<u>2.616</u>	<u>1.212</u>	Patrimônio líquido	9		
				Capital social		3.200	2.400
				Capital a integralizar		(143)	-
				Adiantamento para futuro aumento de capital		-	358
				Prejuízos acumulados		(1.849)	(1.341)
						<u>1.208</u>	<u>1.417</u>
Total do ativo		<u><u>9.393</u></u>	<u><u>1.685</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>9.393</u></u>	<u><u>1.685</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAEPA - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA S/A

Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita líquida	10	4.648	3.188
Custo dos serviços prestados	11	(4.467)	(3.323)
Lucro/(prejuízo) bruto		181	(135)
Receitas/(despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	11	(304)	(127)
Outras receitas, despesas operacionais líquidas		13	(8)
		(291)	(135)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(110)	(270)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	12	197	61
Despesas financeiras	12	(574)	(73)
		(377)	(12)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(487)	(282)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13	(21)	28
		(21)	28
Prejuízo do exercício		(508)	(254)
Lucro líquido por ação - básico e diluído		(0,212)	(0,106)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAEPA - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA S/A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2018	2017
Prejuízo do exercício	(508)	(254)
Resultados abrangentes	(508)	(254)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAEPA - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social		Recursos para aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
	subscrito	a integralizar			
Saldos em 01 de janeiro de 2017	2.400	(393)	-	(1.087)	920
Integralização de capital	-	393	-	-	393
Prejuízo do exercício	-	-	-	(254)	(254)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	358	-	358
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.400	-	358	(1.341)	1.417
Aumento de capital	800	-	-	-	800
Capital a Integralizar	-	(143)	-	-	(143)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(508)	(508)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(358)	-	(358)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.200	(143)	-	(1.849)	1.208

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAEPA - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(508)	(254)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21	(28)
Depreciações e amortizações	40	34
Juros sobre empréstimos	226	-
Variação nos ativos operacionais		
Contas a receber	2	(32)
Outros créditos	(18)	7
Variação nos passivos operacionais		
Fornecedores e partes relacionadas	(449)	14
Obrigações sociais	5	(3)
Obrigações fiscais	10	2
Juros pagos sobre empréstimos	(147)	-
Outras contas a pagar	2	8
Caixa gerado nas atividades operacionais	(816)	(252)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aquisição de ativo imobilizado	(11)	(12)
Aquisição de ativo intangível	(1.459)	(480)
Baixa de ativo intangível	5	16
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(1.465)	(476)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento e empréstimos		
Captação de empréstimos	7.000	-
Integralização de capital	657	393
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	(358)	358
Caixa utilizado nas atividades de financiamento	7.299	751
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.018</u>	<u>23</u>
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	206	183
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	5.224	206
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.018</u>	<u>23</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A CAEPA - Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A. ("Sociedade"), foi constituída em 10 de abril de 2015, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão decorrente do Edital de Concorrência nº 0002/2014 ("Contrato"), celebrado com o Município de Paraibuna cujo objeto consiste na exploração do serviço público municipal de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que compreende o planejamento, a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários.

O prazo do contrato é de 30 (trinta) anos contados da data de vigência da Ordem de Serviço e se encerrará com a formalização do respectivo Termo de Devolução do Sistema, podendo ser prorrogado até o limite de 30 (trinta) anos.

A Concessão será integrada pelos bens que lhe estão afetos, considerado como todas as instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações, acessórios, enfim todos os bens necessários e vinculados à adequada execução do Serviço Público de Água e Esgoto.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade encontrava-se em operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e serviços da gestão comercial.

2. Base para preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes e determinação das receitas e custos de construção.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua pela Sociedade. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período de sua revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritos a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pela interpretação técnica ICPC-01 - Contratos de Concessão, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão e determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Sociedade estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b. Contas a receber

As contas a receber de clientes estão classificadas como custo amortizado. As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização e referem-se substancialmente aos serviços de abastecimento de água, tratamento de esgoto e outros serviços complementares. São registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

c. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros da concessão (representados pelas contas a receber do Poder Concedente) são avaliados por indicadores de sua redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução dos ativos financeiros da concessão ao seu valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de sua redução, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido, após o reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; A Sociedade transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

ii. Passivos financeiros

A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outros passivos.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

iii. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Vide análise do valor justo de instrumentos financeiros na Nota Explicativa nº 15.

3.2. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.3. Intangível

A Sociedade reconhece um ativo intangível decorrente de um Contrato de Concessão à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Sociedade torna-se apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

Apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

i. Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e contribuição social estão baseadas na respectiva base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

ii. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são registrados com base em saldo de base tributável negativa (ativo) e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para imposto de renda e de 9% para contribuição social.

3.5. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas de operação são apropriadas de acordo com o período de competência.

A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Quando a Sociedade presta mais do que um serviço no contrato de concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues quando os valores são identificáveis separadamente.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de serviço de abastecimento de água: são reconhecidas quando do fornecimento de águas tratada aos usuários;
- As receitas de serviços de esgoto: são calculadas sobre percentuais de faturamento da receita com o abastecimento de água conforme determinado pelo Contrato de Concessão;
- As receitas acessórias: são reconhecidas quando da prestação dos serviços;

3.6. Receitas e despesas financeiras

Representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

3.7. Mudanças principais nas práticas contábeis

A Sociedade aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram as demonstrações contábeis da Sociedade. O efeito da aplicação inicial dessas normas está descrito abaixo:

(i) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente)

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Administração avaliou os possíveis impactos de adoção dessa norma, porém, não identificou impactos relevantes em suas operações.

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Como resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, temos os seguintes comentários:

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo. O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

A adoção do CPC 48/IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Sociedade relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. Para uma explicação de como a Sociedade classifica e mensura os instrumentos financeiros e contabiliza os ganhos e perdas relacionados conforme o CPC 48/IFRS 9, veja Nota explicativa nº 3.1.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Sociedade em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48/IFRS 9 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

IAS 39 / CPC 38	IFRS 9 / CPC 48
VJR (mantido para venda)	VJR (residual)
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Mantido até o vencimento	VJORA para dívidas
Disponível para venda (residual)	VJORA para instrumento de patrimônio

(ii) Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de 'perdas incorridas' da IAS 39 por um modelo de 'perdas de crédito esperadas'. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 / IAS 39. Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis. Para as atividades da Sociedade não houve impacto na adoção da nova norma.

3.8. Novos pronunciamentos técnicos, revisões, interpretações ainda não em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Sociedade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

(i) IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil

A nova norma substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2019.

A Administração está em processo de avaliação dos impactos da adoção da referida norma em suas demonstrações contábeis, porém, não espera ter efeitos relevantes.

(ii) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade:

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9);
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28);
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19);
- - Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas; e
- - Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS. - IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Representados por:

	2018	2017
Caixa e bancos	142	183
Aplicações financeiras	5.082	23
Total	<u>5.224</u>	<u>206</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB) e são remuneradas entre 96% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Fundos de Investimentos com rendimento de 2,56% a 5,02% ao ano em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

5. Contas a receber

Representado por:

	2018	2017
Contas a receber	279	330
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(33)	(82)
Total	<u>246</u>	<u>248</u>

O saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro está distribuído conforme a seguir:

A vencer	130
Vencidos até 30 dias	67
Vencidos até 60 dias	36
Vencidos até 90 dias	8
Vencidos há mais de 90 dias	38
	<u>279</u>
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(33)
Total	<u>246</u>

Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa

	2018	2017
Saldo no início do exercício	(82)	(57)
Adições	(27)	(53)
Baixa	76	28
Saldo no final do exercício	<u>(33)</u>	<u>(82)</u>

O critério para constituição da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa são os títulos a receber de usuários que possuem títulos vencidos há mais de 180 dias, além da análise da situação financeira de cada cliente e, em caso de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica. A provisão é considerada suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

6. Intangível

	2018			2017
	Custo	Amortização	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Sistema Abastecimento Água	660	(53)	607	484
Sistema Esgotamento Sanitário	38	(3)	35	28
Investimentos na Concessão	547	(41)	506	361
Intangível em andamento	1.402	-	1.402	262
Software	31	(2)	29	30
Total	2.678	(99)	2.579	1.165

	2018	2017
Saldo inicial	1.165	735
Adições	1.459	480
Baixa	(5)	(23)
Amortização	(40)	(27)
Saldo final	2.579	1.165

A Sociedade aplicou a Interpretação Técnica ICPC 01 para os ativos diretamente relacionados a operação da concessão, ou seja, todos os ativos de infraestrutura que foram construídos ou melhorados, de modo que fosse possível para Sociedade obter receitas adicionais ao usufruir da operacionalização destes ativos.

7. Empréstimos e financiamentos

Representados por:

Instituição financeira	Encargos financeiros	Vencimento	2018		2017	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Banco Santander Brasil S.A.	(*) IPCA + 7,28% a.a.	15/08/2023	79	7.000	-	-
			79	7.000	-	-

(*) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

O financiamento contratado com o Banco Santander Brasil S.A., em 16 de julho de 2018, no montante de R\$ 7.000, tem como objetivo a implantação do sistema de esgotamento sanitário e melhorias no sistema de captação e distribuição de água na cidade de Paraibuna. A liberação do recurso ocorreu em 30 de agosto de 2018. O prazo total do contrato é de 60 meses com 24 meses de carência e 36 meses de amortização. Durante o período de carência, o contrato prevê pagamento trimestrais dos encargos. Após esse período, os encargos e principais serão pagos mensalmente. O vencimento final do contrato será em 15 de agosto de 2023.

A sociedade assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante do contrato, sendo o vencimento antecipado se:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

Contratar novos endividamentos, empréstimos ou qualquer modalidade de financiamento, cujo valor seja superior a 5MM, sem aprovação prévia, exceto para reperfilhamento de dívida;

- Redução de capital social da emissora/avalista que afetem substancialmente a capacidade de pagamento da dívida;
- Razão entre DFL (Dívida Financeira Líquida) e EBITDA a ser apurado anualmente deverá ser menor ou igual a 3,5x durante a vigência do contrato.

As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

2020	778
2021	2.333
Após 2021	3.889
Total	7.000

8. Fornecedores

Representado por:	2018	2017
Outros	866	68
Total de fornecedores	866	68

9. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018 o valor do capital social é de R\$ 3.200 (R\$ 2.400 em 31 de dezembro de 2017) e está representado por 3.200.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuídas:

	Ações ordinárias	% Participação
GS Inima Brasil Ltda.	3.040.000	95%
Enorsul Serviços em Saneamento Ltda.	160.000	5%
	3.200.000	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Em 25 de abril de 2018, mediante a emissão de 800.000 mil cotas, os sócios quotistas da Companhia aprovaram a subscrição e integralização de capital social no montante de R\$800, mediante a capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$358 e a integralização de capital no montante de R\$300 restando capital a integralizar no montante de 143 em 31 de dezembro de 2018

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária na base de 5% do lucro líquido do exercício, quando existir, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

O estatuto da Sociedade prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, quando existir, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

10. Receitas

São representadas por:

	2018	2017
Receita serviços prestados	4.648	3.188

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado é como segue:

	2018	2017
Serviços de Esgotamento Sanitário	1.195	1.077
Serviços de Tratamento de Água	2.414	2.141
Receita de Gestão Comercial	67	35
Receita Serviços de Construção (*)	1.439	279
Cancelamento de Vendas de Serviços	(135)	(46)
ICMS	-	(1)
PIS	(59)	(53)
COFINS	(273)	(244)
Receita líquida	4.648	3.188

(*) Refere-se as obras para implantação do sistema de esgotamento sanitário e melhorias no sistema de captação e distribuição de água na cidade de Paraibuna.

11. Custos e despesas por natureza

Estão representados por:

	2018	2017
Custos		
Pessoal	1.406	1.344
Custo Serviços de Construção (*)	1.439	279
Materiais diversos	323	353
Serviços prestados	319	328
Energia Elétrica	586	553
Outros custos operacionais	394	466
Total de custos	4.467	3.323

(*) Refere-se as obras para implantação do sistema de esgotamento sanitário e melhorias no sistema de captação e distribuição de água como mão de obra, materiais, serviços, etc.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2018	2017
Despesas		
Serviços prestados	235	47
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(49)	25
Outras despesas	118	55
Total de despesas	<u>304</u>	<u>127</u>
	2018	2017
Outras receitas e despesas operacionais		
Outras receitas operacionais	(13)	8
Total de outras receitas e despesas operacionais	<u>(13)</u>	<u>8</u>

12. Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras:		
Juros Recebidos	75	57
Rendimentos sobre aplicações financeiras	122	4
Total receitas financeiras	<u>197</u>	<u>61</u>
Despesas financeiras:		
Descontos concedidos	(45)	(15)
Despesas bancárias	(215)	(58)
Impostos s/ Receita Financeira	(9)	-
Juros Pagos ou Incorridos	(227)	-
Despesas com Financiamentos	(78)	-
Total despesas financeiras	<u>(574)</u>	<u>(73)</u>
Resultado financeiro	<u>(377)</u>	<u>(12)</u>

13. Imposto de renda e contribuição social

I. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2018	2017
Ativo diferido:		
Provisão para PECLD	(22)	(82)
Base de cálculo	(22)	(82)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(7)</u>	<u>(28)</u>

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável é como segue:

	2018	2017
Exercício a findar em		
2045	(7)	(28)
Total	<u>(7)</u>	<u>(28)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

II. Reconciliação do Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre as alíquotas efetivas e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	2018	2017
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(508)	(282)
Alíquota combinada vigente	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	(173)	(96)
Ajuste para a alíquota vigente		
Outros ajustes	194	124
Imposto de renda e contribuição social contabilizados	21	28
Receita de imposto de renda e contribuição social:		
Diferidos	21	28
Total	<u>21</u>	<u>28</u>

14. Demonstrações dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 4.

b) Informações suplementares

	2018	2017
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Fornecedores do ativo financeiro	<u>866</u>	<u>68</u>

15. Instrumentos financeiros

15.1. Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

15.2 Exposição a riscos de taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não apresentava saldo de passivo exposto a riscos de taxas de juros relevantes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

15.3. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos e aplicações financeiras.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

15.4. Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 representam o valor justo em função da natureza e característica dos saldos registrados em balanço. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

16. Cobertura de seguros

A Sociedade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade de seguro	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral	1.000
	Riscos de engenharia	8.050
	Riscos operacionais	2.000
	Veículos	100
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	978

17. Eventos subsequentes

A Sociedade não identificou eventos subsequentes às demonstrações contábeis que necessitam de divulgações aos usuários dessas demonstrações.

18. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 19 de fevereiro de 2019.